

É evidente a rivalidade conceitual entre os profissionais e representantes das esferas pública e privada

Aconteceu nesta terça-feira (20) a liberação de investimento de capital estrangeiro no mercado hospitalar. O que podemos perceber é que o fato suscita as disparidades ideológicas entre as pessoas que atuam, lideram e respiram o setor de Saúde brasileiro. Mas o fato é que está tudo liberado.

Há quem diga que com isso surgirão oportunidades de melhoria da gestão nas organizações, da governança, do conhecimento em TI, entre outros fatores. Por outro lado há quem acredite que isso é um perigo para o setor, que aumentaria a distância entre os sistemas público e privado, e estariam dando o aval para a exploração de quem não tem interesse em desenvolver o mercado nacional.

Veja o posicionamento de pessoas e instituições do setor:

André Longo

Ex-diretor-presidente da ANS (até 10/01):

Sob o argumento de que o País precisa de investimentos de R\$ 7 bilhões para suprir a carência de 14 mil leitos nos hospitais, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) defendeu a abertura do setor ao capital externo.

Francisco Balestrin

Presidente da Anahp:

“O Brasil se abre à modernidade, o hospital ganha mais processos de gestão, governança corporativa e conhecimento em tecnologia da informação, por exemplo”.

Entidades do Movimento da Reforma Sanitária:

Sete instituições de saúde consideram a liberação do capital estrangeiro como grave. Alegam que “o domínio pelo capital estrangeiro na saúde brasileira inviabiliza o projeto de um Sistema Único de Saúde. Com a possibilidade do capital estrangeiro ou empresas estrangeiras possuírem hospitais e clínicas – inclusive filantrópicas, podendo atuar de forma complementar no SUS – ocorrerá uma apropriação do fundo público brasileiro, representando mais um passo rumo à privatização e desmonte do SUS. Esse é o caminho que atende aos interesses do grande capital internacional, que voltou seus olhos à possibilidade de ampliar seus lucros inicialmente com a venda de planos e seguros baratos, mas com uma cobertura de serviços extremamente limitada, que não garante o direito à saúde e agora se aproveita para se apropriar de fundos públicos”.

Associação Brasileira da Saúde Coletiva – ABRASCO

Associação Brasileira de Economia da Saúde – ABRES

Associação Paulista de Saúde Pública – APSP

Associação do Ministério Público para a Saúde – AMPASA

Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME

Centro Brasileiro de Estudos da Saúde – CEBES

Instituto de Direito Sanitário Aplicado – IDISA

Edson Rogatti

Presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB):

Ele não acredita que a medida seja prejudicial, mas conta ter convocado uma reunião técnica com a federações para a próxima semana a fim de ter maior clareza sobre o tema.

Carlos Vital

Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM):

Afirma haver consenso entre os médicos a respeito da necessidade de investimentos públicos ou privados. Em sua opinião, privatizações e terceirizações, com capital nacional ou estrangeiro, podem ajudar a saúde brasileira, mas não resolverão o déficit do setor.

Eudes Aquino

Presidente da Unimed do Brasil:

“Se é um fundo de investidores, vem para cá, compra uma empresa, implanta sua filosofia de trabalho – geralmente com algum executivo brasileiro gerenciando – e, em média, de dois a três anos, atinge seus objetivos e leva o dinheiro embora. Acho que o país não precisa desse tipo de investimento e deve fechar as portas a ele. Se é um concorrente que se associa a alguém aqui no Brasil, e se comporta na condição de minoritário, em termos de sociedade, não vejo nenhum inconveniente”, afirmou em discussão promovida pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de S. Paulo).

Fonte: [Saúde Business](#), em 21.01.2015.